

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL: O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS¹

Liniker Feio Passinho²

Mônica Tenaglia³

Marise Teles Condurú⁴

RESUMO: O presente estudo explora a relação entre mediação da informação, bibliotecas escolares e educação ambiental, destacando como essas interações contribuem para a preservação do meio ambiente e a proteção dos direitos humanos. O objetivo é analisar a biblioteca escolar como espaço para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e utiliza o método bibliográfico para analisar essas interseções, e suas contribuições educacionais e sociais. Os resultados indicam que as bibliotecas escolares atuam como pontes entre o conhecimento e o desenvolvimento de competências essenciais para a cidadania e são fortes aliadas para que sejam alcançadas as metas dos ODS, uma vez que desenvolvem atividades que ampliam o compromisso dos alunos em atuar na preservação do meio ambiente. Conclui-se que a biblioteca escolar, ao integrar educação ambiental e direitos humanos, exerce uma função estratégica na formação de cidadãos críticos e na promoção de práticas sustentáveis, alinhando-se a diretrizes globais de desenvolvimento e justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Escolar; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Mediação da Informação.

ENVIRONMENTAL INFORMATION MEDIATION: THE ROLE OF THE SCHOOL LIBRARY IN ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE PROMOTION OF HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: This study examines the relationship between information mediation, school libraries, and environmental education, highlighting how these interactions contribute to environmental preservation and the protection of human rights. The objective is to analyze the school library as a space for the formation of conscious and responsible citizens, aligning with the Sustainable Development Goals (SDG) and the Universal Declaration of Human Rights. The research adopts a qualitative, exploratory approach, using a bibliographic method to analyze these intersections and their educational and social contributions. The results indicate that school libraries serve as bridges between knowledge and the development of essential citizenship skills and are strong allies in achieving the SDG goals, as they promote activities that increase students' commitment to environmental preservation. It is concluded that the school library, by integrating environmental education and human rights, plays a strategic role in shaping critical citizens and promoting sustainable practices, aligning with global development and social justice guidelines.

KEYWORDS: School Library; Human Rights; Environmental Education; Information Mediation.

1 Artigo apresentado no I Seminário Internacional Informação, Conhecimento e Digitalidade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - I SICAM / V Workshop da Rede Transamazônica de Cooperação em Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável - RTCIC-DS 2024 PROCAD AMAZÔNIA.

2 Mestre em Ciência da Informação, Universidade Federal do Pará. Educação Adventista: Missão Pará-Amapá. E-mail: linikerfpassinho@gmail.com

3 Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Pará. E-mail: monicatenaglia@ufpa.br

4 Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental, Universidade Federal do Pará. E-mail: marise@ufpa.br

MEDIACIÓN DE LA INFORMACIÓN AMBIENTAL: EL PAPEL DE LA BIBLIOTECA ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL Y LA PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS

RESUMEN: Este estudio examina la relación entre la mediación de la información, las bibliotecas escolares y la educación ambiental, destacando cómo estas interacciones contribuyen a la preservación del medio ambiente y a la protección de los derechos humanos. El objetivo es analizar la biblioteca escolar como un espacio para la formación de ciudadanos conscientes y responsables, en línea con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y la Declaración Universal de los Derechos Humanos. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio, utilizando un método bibliográfico para analizar estas intersecciones y sus contribuciones educativas y sociales. Los resultados indican que las bibliotecas escolares sirven como puentes entre el conocimiento y el desarrollo de habilidades ciudadanas esenciales y son fuertes aliados en el logro de las metas de los ODS, ya que promueven actividades que aumentan el compromiso de los estudiantes con la preservación del medio ambiente. Se concluye que la biblioteca escolar, al integrar la educación ambiental y los derechos humanos, desempeña un papel estratégico en la formación de ciudadanos críticos y la promoción de prácticas sostenibles, en línea con las directrices globales de desarrollo y justicia social.

PALABRAS CLAVE: Biblioteca Escolar, Derechos Humanos, Educación Ambiental, Mediación de la Información.

INTRODUÇÃO

A escola e a biblioteca desempenham papéis complementares no processo educativo: a escola oferece um ambiente estruturado para o desenvolvimento de competências básicas, enquanto a biblioteca fornece acesso a recursos diversificados e atualizados, essenciais para o letramento e a pesquisa (IFLA/UNESCO, 2015). Essa colaboração estende-se também à promoção de competências socioambientais, engajando-se na formação holística dos alunos ao desenvolver habilidades para lidar com suas necessidades informacionais e transformar dados em conhecimento (Santos; Cervelin; Alcará, 2021).

Este estudo investiga a interseção entre a mediação da informação, a biblioteca escolar (BE) e a Educação Ambiental, destacando como essas interações podem promover a preservação ambiental e os direitos humanos, colaborando diretamente para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, a pesquisa fundamenta-se em conceitos e diretrizes especializadas sobre a função da BE na educação e na promoção da sustentabilidade e justiça social.

A informação ambiental, que abrange dados sobre aspectos como a qualidade do ar, biodiversidade e mudanças climáticas, proporciona uma visão holística das interações sociedade-meio ambiente (Albagli, 1995). Bibliotecas têm sido reconhecidas como agentes cruciais na disseminação de conhecimento ambiental, especialmente no que

tange à educação e sensibilização para questões ambientais (Khalid; Malik; Mahmood, 2021).

Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reforça a importância da educação como um direito essencial para o desenvolvimento humano integral e a promoção dos direitos fundamentais (ONU, 1948). Ao integrar práticas de educação ambiental e de mediação da informação, as BE enriquecem o processo educativo e capacitam os alunos a enfrentarem de maneira crítica e ativa os desafios ambientais e sociais, alinhando-se aos princípios da DUDH e dos ODS.

Partindo desse pressuposto, indaga-se como a mediação da informação nas bibliotecas escolares pode contribuir para a preservação do meio ambiente e a proteção dos direitos humanos, considerando a educação ambiental e os ODS?

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo analisar a BE como espaço para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com esse fim, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória de caráter teórico com abordagem qualitativa. Assim, o trabalho está dividido em seções que abordam a educação ambiental e os direitos humanos nas bibliotecas escolares, os procedimentos metodológicos, a análise dos resultados e as considerações finais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A promoção da educação ambiental e dos direitos humanos são interligados, pois ambos têm como objetivo formar cidadãos críticos e conscientes, comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. O desenvolvimento da educação ambiental, que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, surgiu em resposta à crescente conscientização sobre os impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente (Caribé, 1992). A crise ambiental tornou-se evidente, “[...] refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico” (Leff, 2000, p. 15).

Esse despertar culminou em eventos marcantes, como a Conferência de Estocolmo (1972) e a Conferência de Tbilisi (1977), que destacaram o papel da educação ambiental na promoção da sustentabilidade e da equidade social (Leff, 2000).

Além desses eventos, outras conferências globais como a Rio-92, a Cúpula de Joanesburgo (Rio+10) e a Rio+20, apresentaram diretrizes importantes para a

sensibilização ambiental e a minimização dos impactos no meio ambiente. Em conformidade com o conceito de desenvolvimento sustentável presente no relatório de Brundtland (1987, p. 41, tradução nossa), tem-se que é “[...] o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”.

Nesse contexto, observa-se a crescente urgência e o comprometimento com a preservação ambiental, sendo o meio ambiente definido como “[...] formado pela água, pelo ar, pelo solo, pela energia solar e pelos seres vivos, como a fauna e a flora” (Toaldo; Meyne, 2013, p. 661), ou conforme descrito por Ferreira (2010, p. 497) como sendo “[...] o conjunto de condições e influências naturais que cercam um ser vivo ou uma comunidade”.

Essa abordagem educacional visa não apenas informar sobre problemáticas ambientais, mas também estimular a reflexão crítica e o engajamento ativo na resolução de desafios ambientais que não se limitam apenas a aspectos geográficos e biológicos.

Em relação à abordagem educacional e sua finalidade, Dias (2004, p. 83) afirma que a educação ambiental visa:

promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da qualidade de vida.

Os conceitos e definições demonstram a importância da Educação Ambiental para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação ambiental. Segundo Souza (1998, p. 28), a Educação Ambiental é um “processo contínuo de aprendizagem e de interação entre os seres humanos, proporcionando o desenvolvimento intelectual e social que visa o equilíbrio do ser humano no meio em que vive”.

O foco em direitos humanos, por sua vez, foi consolidado pela DUDH, adotada em 1948. No Artigo 26, é destacado que “[...] todo ser humano tem direito à educação. [...] A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais” (ONU, 1948). Isso demonstra a função central da educação não apenas no desenvolvimento de competências cognitivas, mas também na formação de cidadãos capazes de lutar por seus direitos e pelos de outros, promovendo a justiça social e a dignidade humana.

Nota-se que a DUDH estabelece princípios fundamentais de dignidade, liberdade e igualdade para todos os seres humanos, criando a base para uma sociedade mais justa e equitativa. Esses princípios encontram uma interseção direta com a educação ambiental, reforçada pela Agenda 2030 e seus 17 ODS, os quais abordam a erradicação da pobreza, agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa, trabalho e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, clima global, vida na água, terrestre, paz e justiça e parcerias.

Dessa forma, assegura-se que ninguém seja abandonado e que todos desfrutem de seus direitos fundamentais. Isso reflete o compromisso global de criar uma sociedade mais justa, em que o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente ligado ao respeito pelos direitos humanos (ONU, 2015).

BIBLIOTECAS ESCOLARES E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na ambiência escolar, a biblioteca não é apenas um espaço para a consulta de livros e materiais didáticos, mas também um ambiente propício para a promoção da conscientização ambiental e o acesso à informação sobre questões ambientais.

A IFLA/UNESCO (2015) no seu capítulo I, traz declarações gerais sobre a missão e finalidade da BE, a qual deve fornecer:

informação e ideias que são fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis (IFLA/UNESCO, 2015, p. 19).

Portanto, a IFLA/UNESCO (2015) destaca o papel da BE para o desenvolvimento educativo, cultural e informacional dos alunos. Ela apoia os objetivos educacionais da escola, promove o hábito da leitura e da aprendizagem contínua, e proporciona acesso a uma diversidade de informações e recursos. A BE também ajuda os estudantes a desenvolverem habilidades críticas de avaliação e uso da informação, organiza atividades que promovem a consciência cultural e social, e trabalha em conjunto com a comunidade escolar para alcançar suas metas. Além disso, defende a liberdade intelectual e o acesso à informação como pilares essenciais para a cidadania e a participação democrática (IFLA/UNESCO, 2015).

Diante desses objetivos e das diferentes formas de buscar, identificar, acessar e recuperar a informação na era da informação, a biblioteca deve ser um espaço de ação

pedagógica integrada às atividades curriculares da escola, servindo como apoio à construção do conhecimento (Campello, 2003). Para Dudziak (2001), a biblioteca deve ser entendida como um sistema, segundo duas dimensões: organizacional e espacial, voltadas para o desenvolvimento de competências necessárias à formação de cidadãos conscientes e éticos.

Visto que, a biblioteca enquanto instituição de abordagem ampla apresenta o conceito de “educação ao longo da vida”, nesta visão prospectiva, a educação continuada remete às quatro aprendizagens fundamentais que são os pilares do conhecimento: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a conviver e aprender a ser (Delors, 2010).

Da mesma forma, a IFLA (2015) destaca o papel das bibliotecas no desenvolvimento sustentável, como instituições que apoiam e contribuem para a consecução dos 17 ODS. Além disso, a IFLA (2016) enfatiza a importância das bibliotecas e do acesso à informação para alcançar todos os ODS, promovendo a alfabetização universal, incluindo habilidades digitais e informacionais, e superando barreiras no acesso à informação. As bibliotecas ajudam a entender melhor as necessidades locais, promovem serviços em rede com sites e programas governamentais, fomentam a inclusão digital através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), atuam como centros comunitários acadêmicos e de pesquisa, e preservam o acesso à cultura e ao patrimônio mundial.

Essas iniciativas fornecem um roteiro abrangente para a promoção de práticas sustentáveis em escala global, conforme apresentado por Gama *et al.* (2023), e as bibliotecas, emergem como agentes essenciais na disseminação de conhecimento e no apoio à conscientização sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável e aos princípios fundamentais de dignidade, liberdade e igualdade estabelecidos pela DUDH.

Portanto, observa-se a importância da biblioteca na construção do conhecimento individual, pois “[...] o objetivo das bibliotecas vai além do fornecimento da informação, mas buscando a apropriação dela pelo usuário” (Almeida Júnior; Santos Neto, 2014, p. 103). Nessa perspectiva, as iniciativas integradas ressaltam o acesso à informação e ao conhecimento em toda a sociedade, por meio de uma variedade de TIC, a “ideia de mediação” ou a “ação de mediar” emergem como processos cruciais para o fomento da

conscientização ambiental, destacadas as suas funções na construção, intervenção e interferência na formação de percepções e entendimentos (Silva, 2015).

A pesquisa foca na mediação da informação de Almeida Júnior (2015), que destaca:

toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Compreende-se a mediação da informação como sendo toda ação de interferência realizada por um profissional da informação e que pode ser direcionada para um indivíduo ou mais, ou para um grupo de pessoas com o objetivo de atender a uma demanda informacional de forma plena, ou apenas auxiliar no processo inicial desta necessidade de informação.

Segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 254), “[...] a ideia da mediação vai além do pensamento de conciliação e/ou acordo entre duas partes, está relacionada ao fazer, a uma ação, a uma intervenção”. A compreensão da mediação como uma ação contínua visa o acesso, compreensão e uso da informação para a (re)construção do conhecimento. Essa percepção contribui para um discernimento mais aprofundado da temática, onde a informação se destaca como objeto central para a mediação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter teórico, adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e, quanto aos métodos, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, o levantamento bibliográfico foi um procedimento técnico essencial para a coleta de dados, com foco na identificação e análise dos aportes teóricos de autores renomados na Ciência da Informação, especialmente no que se refere à mediação da informação, as BE, a educação ambiental e os direitos humanos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados acadêmicas BRAPCI e Google Acadêmico, visando garantir uma cobertura abrangente e atualizada sobre os temas abordados. Foram selecionados artigos, livros e teses com perspectivas significativas sobre a interseção entre mediação da informação, educação ambiental, BE e direitos humanos. Os critérios de inclusão dos materiais revisados consideraram a relevância das publicações e sua contribuição substancial para o campo, priorizando estudos recentes e consolidados.

Além disso, realizou-se a análise dos dados a partir das fontes bibliográficas e da interpretação dos textos selecionados. Esse processo teve como objetivo identificar padrões, conceitos-chave e relações entre a mediação da informação, a atuação das BE e a promoção da educação ambiental. Dessa forma, a análise permitiu um entendimento mais aprofundado sobre o papel das BE na promoção da educação ambiental e dos direitos humanos.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

As BE destacam-se como espaços de prática democrática e de mediação da informação, o que, de acordo com Almeida Júnior (2015), envolve um processo consciente de ação profissional. A mediação vai além da simples transferência de dados, sendo uma intervenção ativa que visa promover uma apropriação crítica da informação pelos usuários, garantindo que ela atenda suas necessidades informacionais. Dessa forma, as bibliotecas atuam como pontes entre o conhecimento e o desenvolvimento de competências essenciais para a cidadania, conforme Santos Neto e Almeida Júnior (2017), que ressaltam que a mediação envolve uma ação direta e interventiva no contexto educativo.

A ONU (1948, 2015) reforça o compromisso global com a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero e a proteção do meio ambiente, temas que encontram nas BE um espaço privilegiado para serem trabalhados. Ao cumprirem o papel de mediadoras do conhecimento, as BE alinham-se diretamente aos princípios do DUDH e os ODS, ao fornecerem acesso à informação e desenvolverem competências relacionadas à cidadania global. Nesse contexto, as BE contribuem significativamente para a transformação social, como defendido pela IFLA/UNESCO (2015).

A utilização das TIC tem ampliado significativamente o alcance das bibliotecas (IFLA, 2016), permitindo que a mediação da informação seja mais acessível e adaptada às necessidades da sociedade contemporânea, pois conforme ressaltado por Gama *et al.* (2023), as TIC tornam possível a disseminação de informações de forma rápida e eficaz, contribuindo para que os estudantes tenham acesso a recursos sobre educação ambiental e a DUDH. Além disso, a prática educacional promovida pelas BE colabora para a construção de valores e atitudes que são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente, como destacado por Souza (1998) e Dias (2004).

Da mesma forma, Freire e Araújo (1999) e Barros (2017) ressaltam que a disseminação da informação ambiental nas bibliotecas sensibiliza os alunos sobre questões ecológicas e exerce um papel transformador na formação de posturas mais conscientes e responsáveis, fundamentais para a construção de uma sociedade sustentável. Ao mediar o acesso à informação, organizando e sistematizando o conhecimento, conforme observado por Gomes (2000, 2010), as bibliotecas assumem um papel essencial na formação de cidadãos críticos, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Partindo do pressuposto de que a mediação da informação é uma ação que possibilita a apropriação do conhecimento, aplicamos e relacionamos esse conceito ao contexto da informação ambiental. Nesse sentido, Vieira (1986) descreve essa informação como sendo composta por dados, metodologias e processos que permitem uma visão mais ampla do mundo, facilitando a compreensão, análise e a interação harmônica entre os elementos naturais, humanos e sociais.

Nesse contexto, Freire e Araújo (1999) ressaltam a importância da informação ambiental para promover mudanças de comportamento e assegurar a preservação ambiental, ao reduzir incertezas sobre o meio ambiente. De forma complementar, Barros (2017) observa que a informação ambiental desempenha um papel na construção de novos valores e atitudes, essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade comprometida com a solução de problemas ambientais, proporcionando condições adequadas de sobrevivência para as gerações presentes e futuras.

A mediação da informação ambiental na BE envolve a seleção, organização e disponibilização de recursos relacionados a questões ambientais. Isso inclui livros, revistas, artigos, vídeos, sites e outros materiais que abordem temas como sustentabilidade, conservação da natureza, mudanças climáticas, entre outros.

Outro aspecto importante da mediação da informação ambiental na BE é a promoção da literacia ambiental. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas à compreensão, interpretação e análise de informações ambientais, bem como à tomada de decisões informadas em questões ambientais.

Desse modo, a informação ambiental não apenas fomenta a conscientização sobre questões ambientais, mas também se alinha ao processo educacional sistematizado nas escolas. Gomes (2000) reforça que, apesar de os conhecimentos não se originarem apenas na escola, é nesse ambiente que eles são organizados e articulados. Assim, a

educação torna-se fundamental para a (re)construção do conhecimento e o desenvolvimento pessoal e social, funcionando como um catalisador para o potencial humano por meio das práticas comunicativas e simbólicas (Gomes, 2010). Ao integrar a educação ambiental e os direitos humanos em suas práticas diárias, as BE não só contribuem para a formação de cidadãos conscientes, mas também desempenham um papel no cumprimento dos ODS e na promoção de um futuro sustentável e justo para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo destaca-se o papel da BE como mediadora da informação ambiental, sua capacidade de promover a educação ambiental e os direitos humanos entre os estudantes. Observou-se que a biblioteca escolar se configura como um espaço dinâmico, onde é possível acessar informações relevantes sobre questões ambientais e onde se promove a reflexão crítica sobre o papel da comunidade na promoção de práticas sustentáveis.

Com informação e educação ambiental pode-se promover ações para a realização dos ODS, destacando-se a importância da conscientização e do conhecimento na abordagem dos desafios ambientais. Com isso, enfatiza-se a necessidade de uma abordagem integrada, que englobe tanto a educação formal quanto às práticas educativas informais. Assim, torna-se possível transmitir informações sobre políticas ambientais, além de sensibilizar a sociedade e promover sua participação ativa na proteção e na melhoria da qualidade de vida.

Por outro lado, a formação de cidadãos conscientes e responsáveis pode ser resultado da educação ambiental, fortalecida pela DUDH que tem abordagem holística para o desenvolvimento humano e social. A DUDH enfatiza a importância de garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os indivíduos, enquanto os ODS reconhecem que a sustentabilidade e o desenvolvimento requerem uma abordagem integrada dessas diferentes dimensões.

Por fim, reforça-se o papel transformador da BE na educação ambiental, evidenciando sua capacidade de preparar futuras gerações de cidadãos

conscientes e engajados com os desafios ambientais e sociais do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-9, jan. 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/617/619>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (org.). *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015. 278 p. 9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; SANTOS NETO, J. A. dos. Mediação da informação e a Organização do Conhecimento: interrelações. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BARROS, L. V. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso à informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S. l.], v. 13, p. 2923-2940, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/860/979>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRUNDTLAND, G. H. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set/dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CARIBÉ, R. de C. do V. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, [S. l.], v. 21, n. 1, 1992. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/462/462>. Acesso em: 10 nov. 2023.

DELORS, J. (coord.). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por/PDF/109590por.pdf.mu lti. Acesso em: 10 nov. 2023

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*, São Paulo: Gaia: Coedição, 2004.

DUDZIAK, E. A. A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/publico/Dudziak2.pdf>. Acesso em 02 nov. 2023.

FERREIRA, A. B. de H. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2010. 960 p., il.

FREIRE, I. M.; ARAUJO, V. M. R. H. de. A responsabilidade social da ciência da informação. *Transinformação*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56461>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GAMA, C. F. da *et al.* A Mediação da informação em prol do Desenvolvimento Sustentável: estudo no mapa mundial da IFLA. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 28, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93503>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GOMES, H. F. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/fYJPqDY3wycSRTYhyhmtqd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2024.

GOMES, H. F. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/187/187>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IFLA. Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas. 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em 10 jun. 2024.

IFLA. As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

IFLA/UNESCO. Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar. 2015. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/71/1/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

KHALID, A.; MALIK, G. F.; MAHMOOD, K. Sustainable development challenges in libraries: a systematic literature review (2000–2020). *The journal of academic librarianship*, [S. l.], v. 47, n. 3, p. 1-9, maio de 2021. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133321000380?via%3Dihub>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LEFF, E. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SANTOS NETO, J. A. D.; ALMEIRA JÚNIOR, O. F. de. O caráter implícito da mediação da informação. *Inf. & Soc.:Est., João Pessoa*, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95956>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SANTOS, V. A. dos.; CERVELIN, G.; ALCARÁ, A. R. Estratégias de ensino para ações de formação da competência em informação em bibliotecas escolares. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/158839>. Acesso em: 14 jun. 2024.

SILVA, J. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. *InCID:Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SOUZA, M. A. Fontes de informação em ciências exatas. São Paulo: APB, 1998.

TOALDO, A. M.; MEYNE, L. S. A educação ambiental como instrumento para a concretização do desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, [S. l.], v. 8, p. 661-673, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8393/5083>. Acesso em: 22 jun. 2024.

VIEIRA, A. da S. Pra não dizer que não falei das flores: uma proposta ecológica para a biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 2002-2009, set. 1986. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89512>. Acesso em: 09 jun. 2024.